



Ideologia em *O Capital* e *A Ideologia Alemã*

Ideology in *The Capital* and the *German Ideology*

Rodrigo Delpupo Monfardini¹

1

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v2i1.12079>

Resumo: O objetivo do artigo é defender a existência de um conceito de ideologia em *O Capital* de Marx. A hipótese é que, como ideologia em Marx e Engels é uma forma de conhecimento (ou forma de consciência) socialmente difundida que estabelece uma hierarquia de valores e orienta a ação dos indivíduos, pode-se defender a existência de um conceito de ideologia também na crítica da economia política realizada por Marx. Isso porque, como a realidade social gera um conjunto de necessidades entre as quais estão incluídas as ideias, qualquer conjunto de crenças afirmativo de determinada realidade pode ser considerado uma ideologia.

Palavras-chave: Ideologia. Lukács. Marx.

Abstract: The aim of this paper is to defend the existence of a concept of ideology in Marx's *Capital*. The hypothesis is that ideology in Marx and Engels is a form of knowledge (or form of consciousness) socially widespread that establishes guides to the actions of individuals, and so it can be argued that there is a concept of ideology also in critique of political economy by Marx. If the social reality generates a set of requirements among which are included the ideas, any set of affirmative beliefs of a certain reality can be considered ideologies.

Keywords: Ideology. Lukacs. Marx.

Introdução

Ainda que seja relativamente simples argumentar que existe um conceito de ideologia em *A Ideologia Alemã*, um papel tão explícito desse conceito não está presente em *O Capital*. Todavia, defenderemos que o conteúdo desse conceito não só está presente na análise realizada

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007), mestrado em Economia na Universidade Federal Fluminense (2010) e doutorado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (2014). Professor Associado de economia da Universidade Federal Fluminense - UFF, lotado no Departamento de Ciências Econômicas de Campos, e pesquisador do NIEP-Marx (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Marx e Marxismo). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Política, Filosofia da Ciência Econômica, História Econômica do Brasil e Desenvolvimento Econômico. E-mail: rodrigomonfardini@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8064-7450>





em *O Capital* como também é decisivo na apreensão do objeto sob análise, qual seja, o modo de produção capitalista. Para defender essa hipótese, na primeira seção faremos um breve histórico do conceito de ideologia, que servirá de ponto de partida para avaliarmos qual o conceito de ideologia em Marx. Em seguida, na segunda seção, apresentaremos a nossa formulação sobre o conceito de ideologia em Marx, nos baseando predominantemente em *A Ideologia Alemã*, mas buscando igualmente apontar como o conteúdo desse conceito está presente também em *O Capital*.

1 Breve histórico do conceito de ideologia

Há vários conceitos de ideologia entre os autores que trabalham o tema. Terry Eagleton, por exemplo, identificou seis conceitos diferentes (1997, pp. 38-40), e Leandro Konder, um dos autores mais conhecidos nesse tema no Brasil, afirma que a multiplicidade de conceitos o faz não se propor a uma interpretação do conceito, mas a discutir em torno da “questão da ideologia” (2002, pp. 9-10). Seguindo a sugestão de Eagleton de que as diferentes concepções de ideologia se baseiam em diferentes aspectos do problema, o que faremos na presente seção para nos mover nesse conjunto de abordagens é apresentar um pequeno histórico do conceito e do surgimento dessas diversas dimensões para, nas seções seguintes, tomar especificamente os aspectos que consideramos decisivos para comparar os procedimentos críticos em *A Ideologia Alemã* e *O Capital*.

No nosso pequeno histórico do conceito nos valeremos principalmente das resenhas de Jorge Larraín, da qual tomaremos o período pré-iluminista, e de Terry Eagleton, da qual tomaremos principalmente o período a partir do iluminismo. Nessa resenha dos dois autores o nosso destaque será a relação entre mudança histórica e mudança teórica, defendendo que a mudança da sociedade é a base real (ontológica) da identificação de novas dimensões dessa própria sociedade em mudança. Nesse sentido, aqui ilustraremos o truísmo de que o conceito de ideologia captura determinadas dimensões da sociedade apenas na medida em que essa mesma sociedade possibilite ser idealmente apreendida nessas dimensões. Dessa formulação, aparentemente irrefutável, deduz-se que a própria historicidade do conceito de ideologia teria como base a historicidade da sociedade, e não uma mudança restrita exclusivamente ao âmbito



da estruturadas ideias².

Quando se trata de ideologia há debate a respeito não só de qual o conceito, mas também de quando ele teria se originado: apesar de o primeiro autor a formular o termo “ideologia” ser Destutt de Tracy no final do século XIX (no período da Revolução Francesa), há quem defenda que formulações sobre o conteúdo desse conceito vêm de muito antes. Jorge Larraín (2007), por exemplo, afirma que “Nicolau Maquiavel (1469-1527) [...] [ainda que não use o termo ideologia] é talvez o primeiro autor a tratar assuntos diretamente conectados com fenômenos ideológicos (p. 10)”. Razões apontadas para isso são a vinculação, por parte de Maquiavel, da parcialidade dos juízos humanos a apetites e interesses, do pensamento religioso ao poder e à dominação (tema recorrente nas discussões sobre o conceito de ideologia) e suas considerações sobre o uso da fraude para manter o poder político (p. 11-12).

Algo interessante a notar é que na leitura de Larraín o tratamento do conteúdo do conceito de ideologia anterior a Destutt de Tracy passa na sua maior parte por autores de teoria política, como Hobbes, Locke e iluministas franceses como Helvetius e D’Holbach, o que ilustra a importância atribuída à dimensão política do conceito de ideologia³. Aliás, essa consideração do papel da esfera política está presente também em Marx e Engels, como mostram suas conhecidas contraposições entre Estado e sociedade civil. O seguinte comentário, por exemplo, ilustra a sua posição a respeito da ilusão de considerara esfera estatal como prioritária nas mudanças na sociedade:

² Sobre a conexão entre história real e evolução das ideias, Marx e Engels defendem, a certa altura de *A Ideologia Alemã*, que as ideias não possuem uma história própria, autônoma com relação à história da sociedade, que é sua base real. E defendem também que, nessa formulação, postular a existência de uma história autônoma das ideias é mais uma dimensão da perspectiva idealista. Isso ocorre, por exemplo, quando atacam a formulação dos idealistas alemães segundo a qual as ideias são a base da sociedade (*ipsis litteris*, a tese de que “na história as ideias sempre dominam”). Ali, Marx e Engels destacam que um dos passos do procedimento dos idealistas é o seguinte: “Deve-se colocar uma ordem nessa dominação das ideias, demonstrar uma conexão mística entre as ideias sucessivamente dominantes, o que pode ser levado a efeito concebendo-as como ‘autodeterminações do conceito’ (o que é possível porque essas ideias, por meio de sua base empírica, estão realmente em conexão entre si e porque, concebidas como meras ideias, se tornam autodiferenciações, diferenças estabelecidas pelo pensamento). (2007, p. 50)”. Um raciocínio análogo ao da ausência de história própria das ideias pode ser encontrado mais adiante em *A Ideologia Alemã*, no qual se aponta, *en passant*, que “[n]ão se pode esquecer que o direito, tal como a religião, não tem uma história própria. (ibid., p. 76)”. Digno de nota, ainda, é a possibilidade de defender que essa crítica à existência de uma história autônoma das ideias se vale de um procedimento compatível com a crítica ontológica, a ser apresentada no seção 2: é realizada a crítica lógico-gnosiológica de “colocar uma ordem nessa dominação das ideias” e são apresentadas as bases reais desse tipo de compreensão (“ideias, por meio de sua base empírica, estão realmente em conexão entre si”).

³ Como indicaremos nas próximas páginas, mesmo na crítica à religião, que é extensamente realizada por autores do Iluminismo, trata-se do poder que a religião confere a determinado grupo na esfera estatal.

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a *sociedade civil*; esta, como se deduz do que foi dito acima, tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo, cujas determinações mais precisas foram expostas anteriormente. Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados. (MARX; ENGELS, 2007, p. 39, *itálicos no original*).

Absurda ou não a posição que se limita às ações da esfera do Estado, a esfera política possui uma projeção tamanha que é amplamente trabalhada por Marx e Engels e permanece, hoje, como uma dimensão decisiva do conceito de ideologia (basta lembrar como Marx e Engels frequentemente conectam ideologia e luta de classes). Por isso, um comentário sobre a dimensão política da ideologia será útil para o que será desenvolvido adiante.

Para que uma teoria da política seja possível é necessário que o campo do político se torne relativamente autônomo de outros campos da sociedade, como do campo econômico e do campo religioso. E autonomia do campo político significa, entre outras coisas, a existência de indivíduos cuja função prioritária é política (e não econômica ou religiosa, por exemplo). Essa situação ocorre no período que vai do século XVI ao XVIII em regiões como o norte da península italiana, a França e a Inglaterra, quando não há mais o domínio absoluto da nobreza, que na Idade Média concentrava ao mesmo tempo a função de direção política e a função de controladores da produção (basta lembrar que naquele período um indivíduo somente possuía poder político na medida em que concentrava terras e os próprios reis da Idade Média só possuíam grande poder quando possuíam grande domínio sobre terras). Nessas regiões o poder político se autonomiza e enfrenta problemas específicos que exigem resposta no nível teórico, primeiro na península italiana da virada do século XV para o XVI (em que as várias repúblicas possuíam um governo instável, sujeitos a frequentes golpes de Estado), depois na Inglaterra do século XVII (assolada por décadas de guerra civil) e então na França do século XVIII (na qual o poder político, em mãos da aristocracia, é disputado pela burguesia)⁴.

A ascensão da burguesia é acompanhada das novas práticas dessa classe e, portanto,

⁴ Sobre a relação entre necessidades reais no campo político e a formação de teorias políticas para o caso da França em particular, Marx e Engels afirmam em *A Ideologia Alemã*: “numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma ‘lei eterna’. (2007, p. 47)”.

de suas novas necessidades, como uma nova ética (uma ética do trabalho, num primeiro momento, e uma ética da liberdade e da igualdade, num segundo), uma nova prática política e uma nova formulação sobre o conhecimento do mundo que desse suporte a essas práticas. Na nova formulação sobre o conhecimento do mundo encontrava-se não só uma formulação sobre o conhecimento do campo político, mas também uma nova filosofia, separada da teologia⁵⁴, e um conjunto de ciências da natureza que vinha se autonomizando em relação a essa nova filosofia e atendia a necessidades práticas de intervenção no mundo. Como nas ciências da natureza o objetivo não era escolástico ou contemplativo, mas prático, tornava-se necessário um método que eliminasse incertezas e garantisse um conhecimento seguro. E como a teoria política surgisse nesse mesmo período de autonomização das ciências da natureza, Larraín acredita que a discussão sobre o problema das ideias falsas que circulam no discurso político está ligada ao progresso das ciências naturais no período:

A oposição política à aristocracia rural foi acompanhada por uma crítica de suas justificativas escolásticas do exercício do poder. À nova ética burguesa do trabalho, que se opunha à sociedade servil medieval, correspondeu um novo enfoque científico e crítico que enfatizava o conhecimento prático da natureza. A contemplação foi substituída pelo conhecimento como produção; a ordem hierárquica e teocrática das essências, passivamente aceitas, foi substituída pelo enfoque crítico que buscava na própria razão do ser humano e em seu domínio da natureza o novo critério de verdade. Desde o princípio, portanto, a problemática da ideologia emergiu em estreita conexão tanto com a prática política como com o desenvolvimento da ciência. (LARRAÍN, 2007, pp. 9-10).

No âmbito da política, Maquiavel, por exemplo, é considerado por Larraín não só um teórico político, mas um representante da burguesia nascente⁶⁵ e de suas necessidades políticas que exigiam formulações ligadas não somente à justificativa (escolástica, se fosse o caso) de quem detém o poder, mas exigiam também formulações sobre as necessidades *práticas* no âmbito da política. Já no âmbito da filosofia, campo que foi se autonomizando em relação à teologia, Larraín destaca que há uma preocupação em afastar todos aqueles elementos que

⁵ Larraín (2007) destaca que já no século XVII Francis Bacon defendia que uma clara separação entre teologia e filosofia possibilitaria um maior avanço da ciência (p. 13).

⁶ Em nota de rodapé, Larraín (2007) cita o seguinte trecho de Maquiavel, que na sua opinião “é indicativa do novo espírito crítico burguês (p. 10)”: “eu afirmaria que o termo ‘aristocracia rural’ se usa para aqueles que vivem no ócio de sua abundante renda derivada de suas terras, sem ter nada a ver seja com o seu cultivo ou com outras formas de trabalho essenciais para a vida. Tais homens são uma peste em qualquer república ou província [...]” (MAQUIAVEL, *apud* LARRAÍN, 2007, p.10).

impossibilitam um conhecimento seguro do mundo. Por isso, pode-se dizer que enquanto no âmbito da política as formulações falsas são tomadas como necessárias a determinadas práticas, no âmbito do conhecimento da natureza as necessidades práticas requerem um conhecimento seguro, o que gerava naquele momento a busca por afastar os elementos que distorciam o conhecimento do mundo.

O desenvolvimento do comércio, a troca em dinheiro, a educação secularizada, as cidades, etc., conduzem a uma nova consideração do conhecimento em sua perspectiva histórica e social. Um conhecimento preciso e sem preconceitos da natureza é necessário para seu domínio prático, e isso chega a ser a preocupação central dos intelectuais. [...] Essa é a razão pela qual [...] o nascimento da ciência vem necessariamente acompanhado de uma crítica dos métodos antiquados de conhecimento. (ibid., p. 12)

Até o momento se vem destacando que a causa da formação do conteúdo do conceito de ideologia é a emergência da classe burguesa, com suas práticas e com suas necessidades. Essa emergência é a base real (ontológica) de uma teoria política de determinado tipo, de uma filosofia separada da teologia, de uma ciência que vai se tornando autônoma e, ainda mais importante para o tema do qual estamos tratando, é a base real de uma determinada concepção sobre as origens das falsas ideias. No entanto, em cada momento histórico a causa identificada para as falsas ideias é diferente: enquanto Maquiavel, por exemplo, está preocupado com a origem política dessas falsas ideias, Bacon, um século depois, aponta outro conjunto de causas, pois estava preocupado principalmente com problemas relativos ao avanço da ciência (LARRAÍN, 2007, p. 8-10).

No que diz respeito às dificuldades ao avanço da ciência, a partir do iluminismo o grande alvo passou a ser a religião. A religião já havia sido identificada por autores como Maquiavel, Bacon e Hobbes como fonte de ideias falsas, mas havia recebido um tratamento secundário em relação a outras causas, como a política. Sobre isso, afirma Larraín:

Maquiavel e Hobbes haviam se dado conta da função social legitimadora da religião e, no entanto, a justificaram com o fim de proteger o príncipe ou o soberano. Agora a ênfase na conexão entre religião e política se incrementa, mas adquire um aspecto negativo e crítico. (ibid., p. 20).

Dada a existência de elementos que obstaculizavam um conhecimento seguro do mundo, um dos objetivos do projeto iluminista era remover a fonte de falsas ideias para garantir o progresso do conhecimento. Nesse sentido, Destutt de Tracy, no período da



Revolução Francesa, formula o termo “ideologia” para designar uma nova ciência que tinha como objeto o funcionamento da mente e a formação das ideias, cuja necessidade se justificava pela tese de que as ideias teriam uma base material sujeita a condicionamentos mentais e biológicos específicos. Conforme Eagleton:

[A ideologia] [t]em raízes profundas no sonho iluminista de um mundo totalmente transparente à razão, livre do preconceito, da superstição e do obscurantismo do *Ancien Régime*. Ser um “ideólogo” – um analista clínico da natureza da consciência – significava ser um crítico da “ideologia”, no sentido aqui dos sistemas de crença dogmáticos e irracionais da sociedade tradicional. (EAGLETON, 1997, p. 66)

7

A formação da ciência da ideologia é, portanto, mais uma etapa da antiga tentativa de garantir um conhecimento seguro a respeito da realidade, e dessa vez um conhecimento seguro a respeito não apenas da realidade natural, mas também da realidade social. As falsas ideias, que na teoria política haviam sido consideradas um elemento importante para a estabilidade dos governos, agora são consideradas um impedimento para a formação de uma sociedade totalmente orientada pela razão. Isso porque no iluminismo a questão não era mais da estabilidade do governo, mas de combater o governo absolutista, que era baseado na disseminação de falsas ideias.

O objetivo dos ideólogos do Iluminismo, como porta-vozes da burguesia revolucionária da Europa do século XVIII, era reconstruir a sociedade de alto a baixo, sobre bases racionais. Investivavam sem medo contra uma ordem social que fomentava entre as pessoas a superstição religiosa, a fim de fortalecer seu próprio poder brutalmente absolutista, e sonhavam com um futuro no qual se teria em apreço a dignidade de homens e mulheres, como criaturas capazes de sobreviver sem ópio nem ilusão. (ibid.)

Os ideólogos, ao mesmo tempo em que acreditavam que a mente era materialmente determinada (como, por exemplo, pelo discurso religioso), defendiam que a superação de uma sociedade que necessitava de falsas ideias seria possível por meio de uma reforma da consciência que a organizasse sobre a razão. Mas Eagleton aponta que essa combinação de determinação material da consciência e superação das ideias falsas por meio da educação dos seres humanos encerra uma contradição.

[Se os ideólogos] sustentavam, por um lado, que os indivíduos eram os produtos determinados do próprio meio, insistiam, por outro, ser possível elevar-se acima desses determinantes inferiores mediante o poder da educação. [...] Mas quais seriam os determinantes desse projeto? Ou, como indagou Karl Marx, quem educaria os educadores? Se toda consciência é





materialmente condicionada, isso não deveria aplicar-se também às noções aparentemente livres e desinteressadas que iluminariam as massas em seu caminho para fora da autocracia, rumo à liberdade? (ibid.)

Como apontaremos adiante, essa tese de que a reforma da sociedade é obtida por meio da reforma da consciência está presente também entre os idealistas alemães criticados por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*⁷. Por ora, o que pretendemos fazer para fechar esse pequeno histórico do conceito é apontar de onde vem a conotação negativa do conceito de ideologia adotada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*.

Como lembra Larraín, a palavra “ideólogo” surge com uma valoração positiva. Ela assume uma valoração negativa nas mãos de Napoleão, que fala dos ideólogos com o “depreciativo significado de que eram intelectuais irrealistas e doutrinários, ignorantes da prática política” (LARRAÍN, 2007, p. 24). Mas, segundo Eagleton, essa ideia de Napoleão possui um fundamento real, e a dimensão criticada por ele serve de base para o modo como Marx e Engels concebem o termo “ideólogo”:

O cerne da crítica de Napoleão aos ideólogos é que há algo irracional no racionalismo excessivo. A seu ver, esses pensadores tanto se empenharam em sua investigação das leis da razão que ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados tão divorciados da realidade prática quanto um psicótico. Desse modo, o termo ideologia gradualmente deixou de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de ideias abstratas e desconexas, e é esse significado da palavra que será então adotado por Marx e Engels. (EAGLETON, 1997, p. 71).

Ainda segundo Eagleton (p. 65-66), esses autores iluministas, ainda que busquem um fundamento materialista para a origem das ideias, incorrem no idealismo ao acreditarem que as ideias constituem a base da vida social. E é essa noção de ideias como base da vida social que Marx e Engels criticam em *A Ideologia Alemã*.

2 Ideologia e falsa consciência em O Capital

⁷ Ilustra bem essa posição a seguinte passagem de *A Ideologia Alemã*, na qual Marx e Engels questionam a maneira dos idealistas alemães de seu período de buscar a “libertação”: “Nem lhes explicaremos que só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio]. (MARX&ENGELS, 2007, p. 29)”.





Nesta seção defenderemos que *ideologia em Marx e Engels é uma forma de conhecimento (ou formade consciência) socialmente difundida que estabelece uma hierarquia de valores e orienta a ação dos indivíduos.*

Essa conceituação de ideologia é corroborada em vários momentos de *A Ideologia Alemã*. Na famosa seção “Feuerbach e História”, por exemplo, Marx e Engels iniciam com uma crítica à noção idealista de “autoconsciência”, à qual contrapõem a noção de que a consciência tem condicionantes materiais e está indissolúvelmente conectada com a prática. Essa relação entre consciência e necessidade prática é explícita no trecho a seguir:

Somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. (MARX & ENGELS, 2007, pp. 34-5)

Essa conexão entre consciência e prática também aparece, e de modo bastante sintético, na seguinte frase, que apesar de suprimida do manuscrito da obra indica o que os autores tinham em mente naquele momento: “[m]inha relação com meu ambiente é a minha consciência (ibid., p. 35)”. Essa frase é imediatamente seguida de um conceito de “relação” restringido à prática humana, e isso parece ocorrer justamente por a ação humana ser considerada a única forma de ação consciente: “[o]nde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não se ‘relaciona’ com nada e não se relaciona absolutamente. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação. (ibid.)”.

É claro que se a ideologia é uma forma de conhecimento do mundo, ela pode ser uma forma falsa de conhecimento. Talvez seja por isso que Engels, em carta a Franz Mehring, em 1893, conceituou a ideologia como falsa consciência (ENGELS, 1968). Essa é uma diferença importante com relação ao campo da ética: pode-se dizer que uma forma de conhecimento é falsa, mas não se diz que valores são falsos. Valores simplesmente são, sejam eles considerados “bons” ou “ruins”.

A partir disso, é necessário tratar de dois pontos. *Primeiro*, se a ideologia é uma forma de conhecimento, é possível garantir seu estatuto de objetividade? Em outras palavras, se



ideologia é uma forma de conhecimento, ela não estaria no âmbito subjetivo, estando o âmbito do objetivo restrito a estruturas sociais como os valores? E, *segundo*, se existe falsa consciência, como afirma Engels a Franz Mehring, como é possível que ela esteja conectada com práticas que reproduzem uma estrutura real? Em outras palavras, como é possível que um conhecimento falso garanta uma prática eficaz na reprodução social?

Fazendo um esboço de resposta à *primeira pergunta*, se as estruturas sociais requerem práticas socialmente difundidas para se reproduzir, e se essas práticas requerem, por sua vez, ideias socialmente difundidas que as orientem, *pode-se dizer que há um conjunto de ideias socialmente necessárias a determinadas estruturas, e isso garante que essas ideias são tão objetivas quanto as estruturas sociais às quais dão suporte.*

Quanto à *segunda pergunta*, é necessário um argumento mais longo. Começaremos indicando alguns dos significados alternativos de ideologia para então fazer um detalhamento mais específico do significado de ideologia como falsa consciência.

Como buscamos mostrar na primeira seção deste artigo, o conceito de ideologia é foco de muitas divergências, e isso tanto quanto à sua origem como quanto ao seu próprio significado. Para trabalharmos a nossa tese da existência de um conceito de ideologia em *O Capital*, destacaremos um conceito de ideologia que é comum à obra *A Ideologia Alemã*. E para isso nos valeremos da síntese de Eagleton a respeito desse conjunto de significados, do qual tomaremos um. Logo abaixo a síntese e, a seguir, a nossa escolha:

É possível definir a ideologia de seis maneiras diferentes, com um enfoque progressivamente mais nítido. Em *primeiro lugar*, podemos nos referir a ela como o processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Tal definição é política e epistemologicamente neutra, e assemelha-se ao significado mais amplo do termo ‘cultura’. [...]

Um segundo significado de ideologia, um pouco menos geral, diz respeito a ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo. [...] “Ideologia” aproxima-se aqui da ideia de uma ‘visão de mundo’ [...].

Considerar a ideologia uma espécie de auto-expressão simbólica coletiva não é, contudo, considerá-la em termos de relações ou conflitos; seria portanto necessário, ao que parece, uma *terceira definição*, que trate da promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos. [...]

Um quarto significado de ideologia conservaria a ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de

um poder social dominante. [...] Contudo, essa acepção de ideologia é ainda epistemologicamente neutra, podendo por isso ser apurada em uma *quinta definição*, na qual ideologia significa as ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante sobretudo a distorção e a dissimulação. [...]

Há, finalmente, a possibilidade de *um sexto significado de ideologia*, cuja ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as porém oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo. (EAGLETON, 1997, pp. 38-40, *itálicos adicionados*).

Eagleton, quando afirma que “é possível definir a ideologia de seis maneiras diferentes, com um enfoque progressivamente mais nítido”, já indica a sua preferência pelo último conceito. E talvez somente esse sexto conceito de ideologia possa ser aplicado ao mesmo tempo em *A Ideologia Alemã* e *O Capital*, já que pelo menos em *O Capital* é relativamente fácil questionar o uso dos outros cinco conceitos. Como é reconhecido que em *O Capital* Marx confere validade científica para as formulações da Economia Política Clássica⁸, é possível eliminar para essa obra o primeiro e o segundo conceitos, que são muito gerais e denotam algo próximo a “cultura” (primeiro conceito) ou “visão de mundo” (segundo conceito), além de ser possível eliminar também o terceiro, o quarto e o quinto conceitos, já que servem à legitimação de um interesse social⁹ e, por isso, poderiam ter validade no máximo para a chamada economia vulgar¹⁰.

⁸ Sobre esse ponto, conferir o posfácio da segunda edição do Livro I de *O Capital* (MARX, 1996, pp. 133-141).

⁹ A Economia Política Clássica pode até legitimar o interesse de determinado grupo social, mas não é construída para isso. Quando Marx, no segundo posfácio do Livro I de *O Capital* (MARX, 1996, pp. 133-141), destaca a existência de um caráter científico da Economia Política Clássica, parece estar defendendo que esse conjunto de formulações captura um conjunto de dimensões objetivas da realidade, e isso mesmo que (i) parta de categorias burguesas e mesmo que (ii) suas conclusões tenham como implicação prática a defesa de um determinado grupo social. O motivo para isso é que (i) mesmo que a ciência burguesa tenha chegado a seus “limites intransponíveis” (ibid., p. 135), isso não implica que as formulações da Economia Política burguesa sejam falsas (e Marx, no mesmo prefácio, dá claras indicações de que efetivamente não o são). E isso também porque (ii) a defesa de um grupo social pode ser não a justificativa para uma teoria determinada, mas, ao contrário, *a implicação prática de uma determinada teoria*. Por exemplo, se se conclui, com David Ricardo, considerado por Marx o autor que mais avançou na perspectiva da Economia Política burguesa (ibid.), que a classe dos industriais é aquela que possibilita o maior progresso da sociedade (cf. Ricardo, *Ensaio Sobre o Preço do Trigo*, 1815, no qual faz uma defesa explícita dos industriais contra os proprietários de terras), então é implicação necessária da teoria que se apoie essa classe. Ou se, por exemplo, com a teoria de Marx, se conclui que a classe que pode lutar pela maior emancipação da sociedade é o proletariado, então a implicação prática é a defesa da classe trabalhadora.

¹⁰ A economia vulgar, aquela que trata dos fenômenos tais como se apresentam para os agentes no cotidiano do mercado e que “apenas se move dentro do nexos aparente” (MARX, 1996, p. 206), é frequentemente qualificada por Marx como “apologética” e “superficial”, e os economistas desse grupo são frequentemente qualificados como “sicofantas” e “sofistas” (ibid., p. 136 e p. 205).

Portanto, defendemos que em *O Capital* trata-se do sexto conceito, pois na medida em que a obra trata de crenças falsas que decorrem da estrutura material da sociedade, e não do interesse de uma classe em específico, é capaz de, por um lado, dar conta do caráter científico que Marx atribui à Economia Política e, por outro, de dar uma explicação para as causas das insuficiências da própria Economia Política.

Já para *A Ideologia Alemã* poderia ser argumentada a validade do quinto conceito, pois em diversas passagens da obra existe uma ênfase na distorção provocada pelos autores do idealismo alemão, como Bruno Bauer e Max Stirner¹¹. No entanto, o quinto conceito não dá conta, por exemplo, da famosa seção “Feuerbach e História”, na qual a crítica àquele autor alemão, na medida em que aponta os avanços e as razões materiais das suas limitações, encaixa-o no sexto significado do conceito. E essa parte da obra, aliás, faz um longo argumento a respeito das bases materiais das falsas ideias, o que a torna incompatível com o quinto significado do conceito de ideologia. Algumas ilustrações desse argumento estão nos trechos a seguir:

Por que os ideólogos colocam tudo de cabeça para baixo. [...] Em uma palavra: a divisão do trabalho, cujo grau depende sempre do desenvolvimento da força produtiva. (MARX & ENGELS, 2007, p.77-8).

[...]

[Q]uanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história. (S. M.) (ibid., p. 87).

[...]

Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (ibid., p. 94).

Portanto, ficamos com o sexto conceito, que trata da falsidade das ideias como decorrente de razões materiais. Ele é mais abrangente que o quinto, ao mesmo tempo em que não elimina a possibilidade de ideias falsas que surgem para legitimar determinados interesses

¹¹ No caso de Bruno Bauer, Marx e Engels chegam até mesmo a acusá-lo de fazer uma crítica à obra *A Sagrada Família* (MARX & ENGELS, 2003) a partir de trechos que são falsamente atribuídos a ela. Cf. Marx & Engels, 2007, p. 27.

sociais, elemento que comparece tanto em *O Capital* (no tocante à crítica à economia vulgar) como em *A Ideologia Alemã* (no tocante a parte dos idealistas alemães). O quinto conceito, apesar de explicativo de aspectos das duas obras, não é capaz de explicar o principal em cada uma delas: a crítica das causas materiais das ideias que surgem do capitalismo em desenvolvimento (o que é o caso em *O Capital*) e a crítica das causas materiais das ideias que surgem de uma sociedade pré-capitalista específica (o que é o caso em *A Ideologia Alemã*).

De todo modo, ainda fica a pergunta que orienta esta seção: *qual é, afinal, a causa do surgimento de ideias falsas?* As falsas ideias, por surgirem em uma sociedade específica, decorrem das necessidades específicas daquela sociedade, e por isso cada sociedade possui uma causa diferente para as falsas ideias (em uma mesma sociedade pode haver uma causa diferente para cada falsa ideia que comporte). No entanto, defendemos que para qualquer sociedade a causa do surgimento de falsas ideias está ligada ao *caráter prático-dependente* das estruturas sociais e ao *caráter teórico-dependente das práticas*: as necessidades materiais, na medida em que requerem práticas dos indivíduos, requerem também ideias que as guiem e, se temos um objeto da prática que é parcial e limitado, as ideias ligadas especificamente a ele podem ser também parciais e possuir validade circunscrita a esse âmbito.

A *possibilidade* do conhecimento parcial em decorrência de práticas específicas é comentado por Lukács, que no trecho abaixo ilustra esse ponto com as práticas parciais do processo de trabalho:

Todo trabalho [assim como toda a práxis, como apontado pouco antes] é concreto e, por essa razão, orientado para uma conexão concreta, limitada, objetiva. Todo conhecimento que seja um pressuposto imprescindível de tal trabalho pode, em muitos casos, ser inteiramente realizado, mesmo quando está voltado exclusivamente para observações, relações etc. imediatas, o que pode ter como consequência – num nível mais elevado de generalização – o fato de se revelar incompleto ou até mesmo falso, não correspondente à realidade, sem por isso impedir a efetiva consecução da finalidade concretamente posta ou, pelo menos, sem perturbá-la dentro de certos limites. (LUKÁCS, 2012, p. 56-7).

Por determinado conhecimento se orientar no sentido de algo parcial, está dada a *possibilidade* de um conhecimento verdadeiro no tocante àquela prática específica, mas falso a respeito da totalidade da sociedade. Mas como essa possibilidade se torna uma necessidade? Essa pergunta é decisiva pois, retomando o caráter teórico-dependente das práticas e o caráter prático-dependente das estruturas sociais, concepções socialmente difundidas, mesmo que



falsas, são *necessárias* a determinadas estruturas sociais. Portanto, é necessário investigar a relação de causalidade entre ideias parciais surgidas nas práticas e sua necessária generalização.

Poderia ser apontado que em *A Ideologia Alemã* a chave para responder à questão talvez passe pela questão da classe. Uma classe específica, com práticas específicas e necessidades específicas, tende a projetar para a totalidade da sociedade as ideias advindas das suas práticas.

14

Para essa subdivisão ideológica numa classe, 1) *autonomização dos negócios por meio da divisão do trabalho*; cada um toma o seu próprio ofício como o verdadeiro ofício. No que diz respeito à relação entre seu ofício e a realidade, eles criam ilusões tão mais necessárias quanto isso já é condicionado pela própria natureza do ofício. As relações, na jurisprudência, na política, convertem-se – em conceitos na consciência; por não estarem acima dessas relações, também os conceitos dessas relações são, na cabeça de religiosos, juristas, políticos e moralistas, conceitos fixos; o juiz, por exemplo, aplica o código, e por isso a legislação vale, para ele, como o verdadeiro motor ativo. (MARX & ENGELS, 2007, pp. 77-8)

É evidente que quando surgem as classes e, conseqüentemente, as suas atividades específicas, surgem determinações específicas para o surgimento de falsas ideias. Todavia, no trecho acima já fica claro que em *A Ideologia Alemã* a divisão em classes (fenômeno predominantemente político, que envolve a esfera estatal) decorre da divisão do trabalho (fenômeno predominantemente econômico, que envolve a sociedade civil) e, portanto, a divisão em classes não pode ser considerada a causa prioritária da formação das falsas ideias.

Estando claro que mesmo em *A Ideologia Alemã* a classe é subordinada a determinada configuração econômica, é necessário tratarmos brevemente de algumas características autônomas dessa categoria, porque ela está intrinsecamente ligada ao âmbito da ideologia. E sobre a relação entre classe e ideologia, poderia ser argumentado que as classes específicas, por requererem umas às outras (mesmo a classe trabalhadora pressupõe a classe capitalista no que diz respeito a uma determinada configuração do sistema de produção), uma das concepções parciais de classe poderia se sobrepôr às demais, tornando-se uma concepção dominante; e dado o caráter teórico-dependente das práticas, as ideias dominantes serão, por conseguinte, as ideias da classe dominante.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. [...] As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações



materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (ibid., p. 47, *itálicos adicionados*).

Mas enquanto em *A Ideologia Alemã* a resposta para o caráter necessário de determinadas falsas crenças passa pelas formulações de uma classe específica, em *O Capital* essa resposta passa pelas práticas de mercado, generalizadas para todas as classes da sociedade: como somos todos, trabalhadores e capitalistas, homogêneos pelo mercado como compradores e vendedores (no caso dos trabalhadores, como vendedores de força de trabalho e compradores de valores de uso), i. é., como as *práticas* de mercado não são as práticas somente de uma classe dominante, mas de todas as classes, *as ideias requeridas para a realização dessas práticas não surgem das práticas de uma classe específica*. As práticas específicas de uma classe, como a prática específica do trabalhador de vender força de trabalho e a do capitalista de comprar força de trabalho, gera determinações na ideologia que têm grande importância, mas são determinações secundárias com relação a esse caráter mercantil das relações: antes de os indivíduos serem compradores ou vendedores de força de trabalho, esses indivíduos são mercadores. Esse é o elemento primário.¹²

Considerações finais

Argumentamos neste artigo que é possível defender a existência de uma noção de ideologia em *O Capital* e *A Ideologia Alemã*. Há, portanto, ideias que surgem das práticas dos indivíduos da sociedade como um todo, qualquer que seja a sua posição na sociedade (i. é., qualquer que seja a classe à qual pertence). No entanto, a afirmação de que essas ideias surgem do conjunto das práticas da sociedade não significa negar que uma classe está numa posição de dominação sobre as demais. Afinal, apesar de comprador e vendedor serem ambos mercadores, o comprador de força de trabalho está claramente na função de dominação visto que está na posição de direção da produção.

A concepção de que o mercado é uma esfera que requer ideias comuns dos indivíduos

¹² A partir dessa formulação, esse muito citado trecho de *A Ideologia Alemã* pode ser interpretado da seguinte maneira: a classe dominante fornece as ideias dominantes não necessariamente (ou não somente) porque impõe ideias específicas de sua classe sobre o conjunto da sociedade, mas porque as ideias que orientam as práticas em dada sociedade, i. é., as ideias que reproduzem determinada sociedade, são ideias que reproduzem uma sociedade que possui determinado grupo social nas funções de direção. Desse modo, as ideias que orientam as compras e as vendas, apesar de orientarem as práticas de indivíduos em diversas classes, reproduzem a sociedade capitalista e, claro, a condição dos capitalistas como classe dominante.



das diversas classes é uma possível explicação para que as palavras *classe* e *ideologia* não tenham em *O Capital* o mesmo destaque que têm em *A Ideologia Alemã*: para a palavra *classe* porque em *O Capital* ela é empregada na dimensão que trata da posição do indivíduo no mercado (a de comprador ou de vendedor de força de trabalho); e para a palavra *ideologia* porque não se trata de diversas ideologias (de diversas classes) que estão em circulação, mas da explicitação das bases reais da ideologia que orienta os indivíduos para a reprodução da sociedade capitalista.

Referências

ENGELS, Friedrich. “Engels to Franz Mehring” (1893). In: MARX & ENGELS. **Marx and Engels Correspondence**. International Publishers, 1968. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1893/letters/93_07_14.htm>. Acessado em: 01 jul. 2021.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LARRAÍN, Jorge. **El concepto de ideologia**. Volumen I: Marx. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

RICARDO, David. “Ensaio sobre a influência dos baixos preços do cereal sobre os lucros do capital” (“Ensaio Sobre O Trigo”) (1815) In: Napoleni, Claudio. **Smith Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

